



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Curso: Questões Controvertidas de Processo Penal

Modalidade: Presencial.

Período: 09 e 12 de novembro de 2018

Carga Horária: 20 horas.

Coordenação: Des. Alcides da Fonseca Neto

PROGRAMA

Dia 09 de novembro - das 09h às 13h20m (3h/aula expositiva e 2h/aula de aplicação de métodos ativos)

Tema: Questões controvertidas de Processo Penal

Disciplina: Processo Penal

Ementa: Inviolabilidade do Domicílio. Busca e apreensão domiciliar. Autorização judicial.

Conteúdo Programático: Requisitos do mandado de busca. Mandado aberto ou genérico. Busca e apreensão em escritório de advocacia: Hipóteses de cabimento. Formalidades. Busca e apreensão domiciliar e flagrante delito nos crimes permanentes. Exploração de local visando à instalação de aparelhos para captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos. Autorização judicial e horário de realização da diligência.

Sigilo das comunicações. Interceptação de comunicações telefônicas. Autorização judicial e fundamentação. Prazo. Encontro fortuito de provas (serendipidade). Teoria do juízo aparente. Compartilhamento de provas.

Prisão em flagrante, apreensão de smartphone e acesso aos dados nela armazenados. Quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Autorização judicial. Contas públicas e requisição direta de informações pelo Ministério Público. Compartilhamento de provas.

Objetivos Específicos: O magistrado desenvolverá a capacidade de empregar as regras mais modernas relacionadas às buscas e apreensões e utilizações de captações de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, o que vem gerando reiteradamente discussões em sede jurisprudencial. Do mesmo modo terá o magistrado a capacidade para aplicar o entendimento mais atual que existe no tocante às interceptações telefônicas e compartilhamento de provas.



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Docentes:

Antonio José Campos Moreira - Possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho (1984). Procurador de Justiça do MPRJ, Professor Emérito da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Cláudio Figueiredo Costa - Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (2002). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996).

Dia 09 de novembro – das 14h20 às 18h40m (3h/aula expositiva e 2h/aula de aplicação de métodos ativos)

Tema: Questões Controvertidas de Processo Penal

Disciplina: Processo Penal

Ementa: Prisão em Flagrante e Controle Judicial

Conteúdo Programático: Comunicação da Prisão em Flagrante; Audiência de Custódia ou de Apresentação; Relaxamento; Conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Liberdade provisória e medidas cautelares diversas da prisão. Poder Geral de Cautela e Cautelas Pessoais.

Objetivos Específicos: O magistrado desenvolverá a competência de indicar com clareza, nos casos de Audiências de Custódia, as hipóteses de relaxamento, prisão preventiva ou liberdade provisória.

Docentes:

Antonio José Campos Moreira - Possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho(1984). Procurador de Justiça do MPRJ, Professor Emérito da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Cláudio Figueiredo Costa - Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (2002). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996).

Dia 12 de novembro - das 09h às 13h20m (3h/aula expositiva e 2h/aula de aplicação de métodos ativos)



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Tema: Questões Controvertidas de Processo Penal

Disciplina: Processo Penal

Ementa: Da Competência especial por prerrogativa de função.

Conteúdo Programático: Conexão e Continência; O verbete 704 da súmula da jurisprudência do STF. Separação dos processos. Prerrogativa de foro prevista exclusivamente em Constituição estadual e júri. Súmula vinculante 45. Crimes praticados pela internet e competência; A questão da transnacionalidade.

Objetivos Específicos. Utilizar, com segurança, as regras legais e jurisprudenciais que fixam a competência pela prerrogativa do foro e permitem o julgamento, identificando assim, com esse conhecimento específico, se o magistrado em questão é o juiz competente para o processo e o julgamento da causa.

Docentes:

Antonio José Campos Moreira - Possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho(1984). Procurador de Justiça do MPRJ, Professor Emérito da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro .

Cláudio Figueiredo Costa - Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (2002). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996).

Dia 12 de novembro – das 14h20 às 18h40m (3h/aula expositiva e 2h/aula de aplicação de métodos ativos)

Tema: Questões Controvertidas de Processo Penal.

Ementa: Estudo pormenorizado dos artigos 383 e 384 do Código de Processo Penal na Lei de Drogas e no Júri.

Conteúdo Programático: Aqui importará o estudo de todas as hipóteses que envolvem as chamadas *emendatio libelli* e *mutatio libelli*, responsáveis por uma série de nulidade de sentenças, tanto nos juízos singulares, como nos juízos do Tribunal do Júri.

Objetivos Específicos: Aplicar os citados artigos, de forma correta, sem confusão ou erro, de modo a evitar que sua sentença esteja eivada de alguma nulidade.

Docentes: **Cláudio Figueiredo Costa** - Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (2002). Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1996).



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIFEI - DIVISÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

Antonio José Campos Moreira - Possui graduação em Direito pela Universidade Gama Filho (1984). Procurador de Justiça do MPRJ, Professor Emérito da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

ELABORAÇÃO DA RESENHA CRÍTICA